

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1007954-41.2017.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral
Requerente:	Maria Lúcia Muniz Ventura
Requerido:	Luiz Antonio Pozzi Júnior

MARIA LÚCIA MUNIZ VENTURA pediu a condenação de **LUIZ ANTONIO POZZI JÚNIOR** ao pagamento de indenização pelo dano moral causado. Alegou, para tanto, que no processo nº 0011834-20.2001.8.26.0566 seus genitores e mais duas outras pessoas foram condenados ao pagamento de honorários sucumbenciais em favor do réu. Mesmo após a quitação da parcela da dívida que lhes cabia, o réu insistiu na cobrança contra seus pais, mediante o pedido de penhora e apreensão do veículo GM/Celta, placas EIK-9561. Ocorre que a indicação do bem à penhora e a sua respectiva apreensão deram-se de forma temerária e irregular, pois referido automóvel era de sua propriedade e não de seus genitores. Tal episódio aviltante ocasionou uma violação de seus direitos da personalidade, sendo o caso, então, de ser devidamente compensada.

O réu foi citado e contestou o pedido, aduzindo a inexistência de qualquer ilegalidade na indicação do veículo à penhora, pois havia indícios de que o bem pertencia ao genitor da autora, tanto que tal pedido fora acolhido pelo juiz da causa. Afirmou, ainda, que o automóvel fora devolvido para a autora após 12 horas da constrição, não sendo possível falar em ofensa aos seus direitos extrapatrimoniais.

Em réplica, a autora insistiu nos termos iniciais.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Alega a autora que houve ofensa aos seus direitos extrapatrimoniais em razão da conduta do réu, de ter indicado seu veículo à penhora em processo em que não figura como parte. Contudo, não é possível reconhecer a responsabilidade do réu pelo evento ocorrido, vez que ausente um dos pressupostos do dever de indenizar, qual seja, culpa em sentido lato.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Com efeito, o réu apenas indicou o veículo à penhora em razão de existir registro fotográfico demonstrando que o bem estava estacionado no endereço do devedor (fl. 255), pressupondo, então, que o automóvel lhe pertencia. Nota-se, portanto, que não houve uma ação voluntária do réu de prejudicar a autora, nem uma imprudência na formulação do pedido de penhora, pois havia prova concreta da posse exercida pelo genitor da autora sobre o bem, tanto que acolhido o pleito pelo juiz da causa.

Consigna-se que a lei processual civil confere ao credor o direito de apontar bens passíveis de penhora, sendo que, na hipótese da constrição atingir patrimônio de terceiro, é assegurada a devida proteção mediante o ajuizamento dos embargos de terceiro. Assim, tendo apenas exercido um direito que lhe assistia, sem qualquer má-fé ou abuso por parte do réu, não há como imputar-lhe responsabilidade pela situação vivenciada pela autora.

Ademais, ainda que a penhora tenha causado algum incômodo à autora, tal fato não seria suficiente para caracterizar um dano moral indenizável, haja vista tratar-se de mero aborrecimento inerente aos atos da vida cotidiana e não representar uma violação grave à dignidade da pessoa.

Conforme define a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, "Segundo a doutrina pátria, 'só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo" (REsp nº 844736/DF, Relator Ministro Luis Salomão, j. 27/09/2009).

Refiro precedentes do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"APELAÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. Penhora indevida de veículo do autor devido à ação oposta pelo réu contra terceiro. Constrição do bem retirada por decisão judicial. Autor que pleiteia recebimento de indenização por danos materiais e morais. Pleito de condenação por danos materiais relativos a honorários advocatícios convencionais incorridos na ação que visou a retirada da constrição sobre o veículo. Admissibilidade. Responsabilidade civil do réu não evidenciada, pois a sua conduta não representou ato ilícito, pelo contrário, constitui exercício regular de direito. Ausência de culpa. Indenização não devida. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO." (Apelação nº 1016182-46.2014.8.26.0554, 25ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Azuma Nishi, j. 06/04/2017).

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – DANOS MORAIS – EXECUÇÃO –

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

PENHORA INDEVIDA DE BEM DE FAMÍLIA – Embargos à execução julgados procedentes – A promoção de execução, como regra geral, constitui exercício regular de direito, não gerando obrigação de indenizar – Não demonstração de que o banco tenha agido de má-fé ou com conduta inescusável – Em que pese a procedência dos embargos à execução, apenas para deconstituir a penhora levada a efeito sobre bem de família, a execução ainda não foi extinta, remanescendo crédito do banco, autor da execução e réu na indenizatória – Banco réu que, com a penhora do bem imóvel do autor apenas tentou ver satisfeito integralmente seu crédito, já declarado por sentença judicial – Efetivação da penhora que, conquanto tenha causado incômodo ao autor, não se traduziu em dor, vexame, sofrimento ou humilhação capaz de configurar o dano moral indenizável – Autor que, durante o período em que o imóvel permaneceu penhorado, usufruiu normalmente do bem até que a situação fosse regularizada – Inexistência de violação ao exercício do direito de propriedade do autor sobre o bem imóvel – Danos morais inexistentes – Indenização indevida – Ação improcedente – Sentença mantida – Apelo improvido." (Apelação nº 0062679-74.2011.8.26.0576, 24ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Salles Vieira, j. 21/05/2015).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 05 de fevereiro de 2018.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA